

■ O triunfo do cérebro  
O movimento da Onda, a crise e  
o reaparecimento da Política<sup>3</sup>

Alberto De Nicola

*Subjetivação, evento ou cérebro,  
me parece que são um pouco a mesma coisa.*

**(Gilles Deleuze, *Controle e Devir*,  
entrevista com Toni Negri, em *Pourparler*)**

Entre o Outono de 2008 e a Primavera de 2009, assistiu-se na Itália ao desenvolvimento de um movimento social que, por sua intensidade, extensão e capacidade de influenciar o debate público, não encontra paralelo nas últimas três décadas da história italiana. A Onda foi o primeiro movimento de massas na Itália contra a crise econômica e as políticas decorrentes do governo Berlusconi. Deve-se dizer, de imediato, que a complexidade das questões levantadas e a análise das razões pelas quais ele recebeu um consenso tão extraordinário tornam muito difícil uma descrição sintética. Mas, é sobre sua carga política, sobre o fato de ser um sintoma de movimentos por vir, sobre as possíveis indicações que parecem delinear-se para o futuro, especialmente em relação ao contexto da crise, que este texto focaliza.

### **Antiintelectualismo de Estado**

*Deve-se habituar a fazer trabalhos simples, humildes, manuais e indesejáveis. Sobretudo, que não correspondam à sua graduação.*

**(Maurizio Sacconi, Ministro do Trabalho e  
Bem-Estar Social dirigindo-se a jovens em  
uma conferência de imprensa em março de 2009)**

Convém partir das iniciativas legislativas contra as quais o movimento se ergueu. Sem entrar muito em detalhes, digamos que se trata de um conjunto

---

3 Tradução do italiano por Pedro Mendes.

de medidas diversas e com naturezas legislativas distintas que atingiram todo o mundo da formação, do ensino e da pesquisa no âmbito do corte de despesas públicas. É muito importante salientar que os cortes, muito significativos do ponto de vista do orçamento global para o setor da educação, têm sido acompanhados por medidas destinadas a normalizar e a redisciplinarizar a vida escolar e ao aprofundamento do processo de precarização dos trabalhadores que atuam no mundo da investigação e do ensino.

Ainda que não se trate, nesta primeira fase, de um projeto orgânico de reforma do sistema educacional, o caráter abrangente do ataque pode ser encontrado principalmente na retórica que o governo colocou em jogo para justificar as ações. Essa retórica é sustentada por um discurso massivo e violento sobre a redução de gastos e sobre a guerra contra os setores improdutivos existentes no mundo da educação. A acusação de improdutividade, cumpre esclarecer, não se dirige apenas aos professores, responsáveis pela manutenção de um estatuto privilegiado, mas também e sobretudo aos estudantes, especialmente secundaristas e universitários, culpados de não serem adequados e de não estarem disponíveis para aceitar as exigências do mercado de trabalho.

De maneira esquemática, podemos falar aqui de um ataque aos componentes garantidos pelo emprego público, da eliminação da estrutura do Estado-Providência (eliminação finalizada através da abertura do processo de privatização que, na Itália, nunca aconteceu realmente) e de uma ulterior precarização dos trabalhadores em ensino e pesquisa.

Entretanto, isso não é suficiente para definir a estratégia do governo italiano, especialmente quando esta estratégia parece mostrar mais que uma mera semelhança em relação a medidas que outros governos europeus estão desenvolvendo. Para compreender melhor o que está em jogo com este ataque convém, por conseguinte, ampliar o horizonte da argumentação, colocando uma pergunta preliminar: por que, em uma economia caracterizada cada vez mais pela mobilização de recursos cognitivos, se assiste, em toda a Europa, a um ataque generalizado às instituições de transmissão, de circulação e de produção de saber? Por que subfinanciá-los sistematicamente? É desta pergunta, portanto, que se deve partir para tentar compreender a dinâmica das estratégias dos governos e os movimentos políticos que se mobilizaram contra tais medidas.

Deve-se responder a esta questão partindo de uma hipótese interpretativa que está diretamente relacionada ao desenvolvimento das temáticas a que temos assistido no contexto dos espaços de discussão do movimento. De uma primeira fase marcada pela simples defesa da universidade, já se passou, com a continua-

ção da mobilização, a articulação de um discurso assaz diferente. Neste sentido, começou-se a perceber o desenrolar de um processo de desqualificação do saber que indicava um ataque massivo à composição cognitiva do trabalho. Questões relativas à cultura, ao trabalho científico e ao ensino têm assumido, de fato, uma centralidade inegável entre as palavras de ordem no contexto da mobilização. Este ataque foi alimentado, de resto, por uma retórica contra os gastos e contra os setores improdutivos que, devido à ampla cobertura midiática, passou a corresponder à denegação pura e simples dos componentes cognitivos do trabalho e a má compreensão da posição estratégica que estes ocupam na economia e na vida social. De certa forma, pode-se reconhecer nas medidas de corte em todas as áreas da cultura, educação e pesquisa e nas estratégias retóricas adotadas para desacreditar os trabalhadores cognitivos, sem qualquer hesitação, uma espécie de “antiintelectualismo de Estado”. A arrogância e a violência com que este ataque é realizado mostram-se socialmente ambíguas, em primeiro lugar, porque tentam alimentar sentimentos de vingança próprios daqueles setores desqualificados do mercado de trabalho contra as receitas devidas aos “cargos”, mantidas por extratos corporativos no domínio da cultura e da academia. É divertido notar como essa difamação está absolutamente em sintonia com o que muitos grupos parlamentares e extraparlamentares de esquerda dedicam ao chamado precariado intelectual. De resto, está claro por que essas lutas assumem agora um significado político muito mais amplo que a simples defesa de escolas e de universidades públicas. Mas a este ponto retornaremos mais tarde.

O antiintelectualismo de Estado expressa, portanto, não apenas difamação, mas também, sobretudo, desconhecimento do caráter comum apresentado pelo trabalho cognitivo em sua atual estrutura econômica e social. Este desconhecimento, porém, não se materializa apenas no corte de recursos, mas também em sua alocação diversa, supostamente mais racional do ponto de vista do econômico, cujas raízes vão fundo em um conjunto de dispositivos já internos à regulação do mercado e que nos fazem falar de uma verdadeira mistificação “da composição técnica do trabalho”. Todo o processo de empobrecimento e de contração dos salários dos precários, particularmente dramático na Itália, resulta não apenas da fraqueza e da chantagem da precariedade em si, mas do não reconhecimento absoluto dos componentes formativos e cognitivos do trabalho que estes realizam. Como bem salientou Carlo Vercellone, observa-se no interior da divisão cognitiva do trabalho uma “desvalorização das condições de remuneração e de emprego em relação às habilidades que são postas em prática na atividade profissional”. Do ponto de vista contratual, a componente de formação do trabalho não encontra

correspondência em termos salariais, da mesma forma que componentes como o estudo e a socialização se tornam invisíveis e que, ao invés disso, caracterizam elementos essenciais. A demanda dos intermitentes franceses por terem reconhecido, em termos monetários, o trabalho que acontece *antes e depois* da atuação em si, reivindicando, portanto, o caráter de trabalho diretamente produtivo dessas atividades, não é diferente da reivindicação dos estudantes italianos por serem remunerados pelos estágios que as universidades ou empresas os forçam cada vez mais a fazer. Este aspecto ainda não foi suficientemente enfatizado: pela primeira vez, na Itália, os estágios se tornaram alvo de ataques por parte de um movimento estudantil. Os estágios, com sua gratuidade, constituem formas de trabalho em que se pode perceber nitidamente esse dispositivo de ocultação da formação como parte produtiva do trabalho e, portanto, indigna de ser reconhecida em termos monetários.

Assim como o movimento contra o CPE<sup>4</sup> na França, podemos dizer que esses movimentos estão reagindo ao *déclassement* do trabalho cognitivo. *Déclassement* salarial e profissional, é claro. O *déclassement* se baseia, como já dissemos, em uma mistificação geral e sistemática da composição técnica do trabalho cognitivo. Mas, afirmá-lo não é suficiente. O *déclassement*, de fato, no contexto do ataque ao mundo da formação, está intimamente relacionado a um processo de desqualificação geral dos institutos de transmissão e circulação do saber. Quando dizemos desqualificação dos saberes não estamos falando apenas de sua desvalorização e degradação qualitativa, particularmente evidente na Universidade reformada, mas também da restrição de sua circulação, de estratificação da distribuição e de diferenciação em relação ao acesso. A desqualificação é um dispositivo que segmenta as possibilidades de acesso à formação, distribui diferencialmente o conhecimento pela sociedade, reduz a capacidade e a autonomia produtiva dos sujeitos e os coloca hierarquicamente no mercado de trabalho. A *déclassement* salarial e profissional e a desvalorização dos saberes são aspectos que devem, portanto, ser lidos em conjunto, como dimensões de um mesmo processo. Este processo encontra na “inferiorização” da força de trabalho pós-fordista as dinâmicas postas em movimento pelas ações dos governos. Em certo sentido, podemos dizer que a inferiorização produzida pela desqualificação dos saberes desempenha uma função semelhante àquela relativa à restrição dos direitos de cidadania para a força de trabalho migrante. Este processo, cumpre ressaltar, não diz respeito a uma componente específica da força de trabalho, a um setor do mercado nem a diferentes categorias profissionais, mas corta transversalmente a composição so-

---

4 Contrato de Primeiro Emprego (N. do T.).

cial. Provavelmente seja na percepção social desta transversalidade que podemos compreender o motivo pelo qual o movimento da Onda tem sido capaz de expressar de maneira consensual uma força que nenhum movimento conseguiu obter, na Itália, nos últimos anos.

### **A crise e a subjetividade, ou o reaparecimento da Política**

Ora, a descrição das ações do governo e, sobretudo, a interpretação que lhe deu o movimento, inicialmente concentrada no ataque às instituições de formação e, posteriormente, na tentativa de reforçar os processos de precarização e de *déclassement* da força de trabalho e de desqualificação dos saberes, talvez possa fornecer algumas hipóteses sobre a relação, complexa e não tão facilmente definível, com o contexto da crise econômica e a forma como esta intersecção provavelmente acabou por abrir um processo de subjetivação novo e ainda por investigar. Este processo de subjetivação tem a ver com a recusa não apenas em “pagar pela crise”, mas de ver-se submetido a um dispositivo de divisão e de hierarquização no mercado que acompanha e, em certa medida, compensa os mecanismos próprios das finanças, qual seja, tentar medir *a posteriori* e através da expectativa, a produtividade da força de trabalho cognitiva. A ação a jusante do mecanismo financeiro está relacionada ainda com uma ação a montante, que vê na reestruturação das estruturas educativas o instrumento para redefinir as próprias “condições de possibilidade do mercado”. A imposição de critérios meritocráticos ao trabalho intelectual é, em certo sentido, exemplar desta tentativa de configurar as condições de concorrência através da utilização de uma medida (o mérito) fictícia, por um lado, disjuntiva e hierarquizante, por outro. Neste contexto, a utilização capitalista da crise passa pela imposição de uma lógica particular de distribuição, ou seja, por uma particular distribuição dos custos econômicos que está em estreita ligação com um novo modo de distribuição dos saberes.

“Nós não pagaremos por sua crise” assume, neste sentido, um significado muito mais complexo do que podemos pensar. A indisponibilidade em pagar o preço da crise é, essencialmente, uma recusa em aceitar a lógica de uma nova estratificação social que faz emergir o nexo saber/poder como critério fundamental. A compreensão mais madura e mais difundida desta relação pode nos fornecer indicações sobre a maneira pela qual o movimento da Onda fez entrar em cena uma nova forma de subjetivação política. O mundo da formação, neste sentido, foi assumido diretamente como um campo de redefinição dos mecanismos da exploração que incidem tradicionalmente sobre a retribuição da vida.

A subjetivação da qual falamos, e que temos observado nos últimos meses, apresentou na realidade uma descontinuidade muito forte com a representação que o movimento demonstrou nos últimos anos. Aqui reside a novidade da Onda, e esta é provavelmente sua principal característica política.

De que representação estamos falando? O limite com que os movimentos sociais se depararam até agora é o de não voltar a pensar nas relações de poder em termos “verticais”. Em sua autodefinição “de baixo”, perceberam, de fato, que a representação de uma condição de subordinação pode ser considerada insuperável. O próprio discurso sobre a “precariedade” está inteiramente associado à representação de uma condição de “vitimização” das pessoas ao trabalho, assim como os conflitos são experimentados e ativados como conflitos pelo “reconhecimento” de um estatuto negado (o do assalariado clássico). Nesse sentido, falamos de uma visão “vertical” do conflito, que geralmente exclui a possibilidade de renovação e de mudança radical. A retórica do reconhecimento, muito presente nos movimentos, funcionou precisamente como o front através do qual as políticas de governança recuperaram as lutas, interrompendo, com a inclusão diferencial dos sujeitos, o processo de sua subjetivação conflitual. A demanda por ocupar um “posto” (seu próprio posto) na sociedade está sempre relacionada, de fato, à aceitação da dimensão imutável da própria posição no interior de uma estrutura hierárquica e, portanto, de uma determinada relação de exploração.

Neste caso, no entanto, este mecanismo não funcionou. *Déclassement* e desqualificação reunidas, no contexto da crise, advindas menos das promessas de ressarcimento e de inclusão da governança, levam à emergência da estrutura e do critério político de diferenciação social. O contexto da crise econômica, levando a uma acentuação da mobilidade para baixo, tornou ineficaz aquela retórica que restringiu os sujeitos sociais à demanda pelo mero reconhecimento da própria posição. Um exemplo é o desenvolvimento das lutas dos precários. Na Itália, a luta contra a precariedade do trabalho sempre exibiu, como afirmamos antes, a demanda por reconhecimento do estatuto de assalariado, reivindicando a estabilização da situação trabalhista. Ora, os estudantes e precários que passaram pelas assembleias da Onda perceberam a dimensão de fábula da estabilização, e desarticulando o seu estatuto social, começaram a exigir, pela primeira vez, enquanto massa e não como militantes, o direito a ter uma renda independente de suas condições de trabalho.

De fato, o estatuto do estudante e o estatuto do assalariado é que foram postos em causa no âmbito desta nova definição subjetiva. E uma demonstração disso é o fato de que não foram as universidades ou as escolas, nem as portas da

fábrica o espaço escolhido pelo movimento para exprimir-se em termos conflituais, mas a metrópole enquanto tal, como rede de circulação do valor, com o bloqueio de suas vias de comunicação.

O *déclassement*, comportando uma dinâmica de fluidificação das identidades sociais, abriu um processo de subjetivação conflitual de novo tipo. Foi isto que fez explodir tanto a bússola de interpretações políticas da esquerda quanto a possibilidade do governo de se legitimar através de uma eventual resposta repressiva. Este processo, cujos desdobramentos, tanto o governo quanto a imprensa, como alguns componentes no interior do movimento, tentaram rechaçar de toda maneira, descreveu, ainda, o elemento mais significativo da luta. Presenciamos o aparecimento em cena, pela primeira vez, do **comum enquanto subjetividade**.

É evidente que esta situação é reforçada pela posição particular que se desenvolve do ponto de vista da composição social da classe média. Empobrecida e decadente por causa dos mecanismos da financeirização econômica, ela, que tem sido historicamente a classe que garante a função de estabilização política e social, se encontra em uma encruzilhada terrível. As tentativas feitas pelo governo de dividir a classe média e de romper perigosamente as alianças foram inúmeras e nem sempre em vão. A frustração de não ver reconhecido um status adquirido, em um contexto em que o status está fortemente ligado ao exercício de profissões altamente intelectualizadas, é a origem comum do enorme sucesso que encontraram tanto as temáticas justicialistas como as relacionadas ao mérito e à meritocracia. Estas questões são, em certo sentido, uma resposta ideológica à dimensão real da renda cognitiva, vivida como parasitismo e corrupção.

Apesar destas contradições significativas, reforçadas nas estrias da composição cognitiva do trabalho, a Onda produziu uma polarização dos sujeitos em conflito, colocando-os desta vez sobre um eixo “horizontal”.

Nossa hipótese, portanto, sobre a relação entre o movimento da Onda e sua natureza política é que, sob a pressão da crise econômica e do ataque à força de trabalho cognitivo, tenha ocorrido, de modo ambivalente e ainda não definido, um processo de subjetivação e uma forma de conflito que transfigurou e redefiniu completamente o espaço do político. Esta redefinição diz respeito à nova forma que a própria política pode assumir quando esta se apresenta, no capitalismo cognitivo, como “luta de classes”.

Quando dizemos luta de classe não pretendemos fazer qualquer concessão à ideologia do movimento operário tradicional, nem muito menos à da esquerda. Queremos dizer, no entanto, que na Itália e, talvez, na Grécia, observou-se um processo conflitual que dispôs os sujeitos sobre um novo plano, diferente

daquele que já conhecemos. Tanto o ataque sistemático do governo contra a força de trabalho cognitiva e suas instituições, quanto o radicalismo e a capacidade de generalização que a resposta desta composição social mostrou aludem a um conflito que exposto apenas parcialmente. Este conflito está baseado na força de uma composição social transversal, que vê no mundo da formação um lugar de condensação subjetiva. Esta força identifica-se com a cooperação intelectual, afetiva e relacional e reivindica, portanto, o próprio protagonismo na produção do social. Uma força que foi capaz de falar a linguagem da generalidade e de experimentar um consenso anteriormente considerado inatingível porque, por trás da expressão de raiva ou de reivindicações específicas, se apresenta como **a afirmação das condições comuns através das quais a sociedade se produz a si própria**. Como muito bem observou Yann Moulier Boutang ao falar sobre as lutas do precariado intelectual na França, quando este precariado aparece na cena do conflito social ele se apresenta perante o capitalismo cognitivo como seu parceiro indispensável e, justamente por isso, como um adversário que (potencialmente) não pode ser subordinado. São tais características subjetivas, isto é, esta série de enunciados e de dispositivos que são expressos na luta, que nos fazem falar da afirmação de um horizonte de classe.

Quando falamos de classe não aludimos a uma categoria profissional específica. Desta perspectiva, a classe não é a referência da estrutura de posições sociais definidas pela divisão do mercado de trabalho, mas a carta das conexões subjetivas, das convergências internas e co-extensivas ao procedimento das lutas. Os estudantes, os professores e até mesmo as crianças **tornam-se classe** naquele espaço de subjetivação e enunciação que rompe com a dialética interminável do reconhecimento de identidade e posições dadas no interior da lógica distributiva própria das relações de produção. Esta ruptura agrega forças ao mesmo tempo em que introduz uma fratura não sanável representação universal da sociedade, do mercado e da cidadania. Produz uma polarização dos sujeitos que se dispõem sobre um plano horizontal. Além disso, é justamente essa nova divisão entre as partes que causa medo: a lógica administrativa da governança opera em vão. Não há reconciliação possível, senão à custa de reintroduzir um novo princípio disjuntivo que pacifique e bloqueie o processo de nova agregação conflitual. Este critério disjuntivo é precisamente aquele tentado desesperadamente pelo governo com o ataque aos professores para separá-los dos estudantes, entre estudantes com a acusação de instrumentalização por parte de membros politizados, e no âmbito da própria composição social cognitiva, com a introdução maciça da retórica do mérito e da meritocracia.

Um aspecto muito interessante a ressaltar é o fato de o movimento da Onda não ser apenas um movimento estudantil ou nem unicamente universitário. Fazem parte, de fato, os pais, os professores e as crianças do jardim de infância – e primeiros a se mobilizar contra as providências da Ministra Gelmini. Mas é apenas com a entrada dos estudantes e, em especial, dos universitários, que o movimento atingiu sua máxima extensão e radicalidade. A interseção entre o elemento juvenil, precário e estudantil representou na percepção coletiva a entrada em campo de um dos principais componentes ignorados pela classe política, chantageados pelo mercado de trabalho e alvo do controle policial. Na Itália, viemos de anos de estigmatização da composição juvenil definida como subjetividade improdutiva, parasitária e potencialmente criminosa. O protagonismo conflitual dos estudantes fez saltar esta representação governamental abrindo um vão muito mais amplo. Esta constatação não tem nada a ver com a proposição de um discurso geracional nem juvenil, antes o contrário, as pastorais sobre o futuro dos jovens servem apenas como instrumento para limitar a generalização das lutas. O que é interessante notar é que, na Itália, e provavelmente na Grécia, uma dada composição, com características sociológicas determinadas, foi capaz de iniciar um processo de subjetivação social que apresentou uma dimensão anti-sistêmica. E, apesar do discurso que fazem a mídia ou os políticos da oposição, prontos a explorar o protesto e, ao mesmo tempo, tentar limitar seus efeitos, os estudantes não reivindicaram um posto na sociedade e no mundo do trabalho. Fizeram muito mais que isso: questionaram a própria regra de divisão dos postos. É esta redefinição de caráter subjetivo que representa a aposta propriamente política do movimento.

#### **A auto-reforma e a impossibilidade do reformismo. Nota sobre a crise do Welfare e a criação institucional**

*Ou a reforma é elaborada por pessoas que se pretendem representativas, e que têm a profissão de falar para os outros, em nome dos outros, e então é uma adaptação, uma distribuição do poder que se acopla a uma repressão enorme. Ou é uma reforma pretendida, requerida por aqueles que estão interessados, e deixa de ser uma reforma, é uma ação revolucionária que, do fundo de seu caráter parcial, está destinada a pôr em causa a totalidade do poder e da sua hierarquia.*

**Gilles Deleuze**

Se estas são as características do movimento da Onda e assim vemos emergir sua face propriamente política, já é tempo de nos debruçarmos sobre o que podem ser algumas indicações do que melhor têm definido essas lutas.

Para fazer isso, no entanto, deve-se dar antes um passo atrás. Tentou-se descrever de maneira esquemática aqui o que foi um fenômeno de subjetivação de classe. Entretanto, um problema (e, certamente, mais de um...) permanece: como podemos, em última análise, arrancar da descrição deste processo sua natureza eventual. É bastante óbvio que o que parece ocorrer é uma dinâmica de desarticulação das identidades sociais e sua nova composição. Esta nova composição redefine o espaço do político enquanto transforma o plano em que os sujeitos são dispostos. Mas como é possível pensar este processo de outra forma que não durante um período intenso e limitado de tempo? Como inserir o evento político entre um antes e um depois que dê conta do acúmulo de forças e de sua sucessiva constituição? Como, em outras palavras, acabar com a transcendência do evento? Este é o ponto. Não há respostas para a pergunta, ainda, mas podemos imaginar alguma maneira de abordá-la. Começemos com a análise de algumas categorias teóricas que temos usado amplamente nos últimos anos. E, em particular, o conceito de “produção de subjetividade”.

Nosso problema consiste em retomar as análises sociológicas, jurídicas e econômicas que se subjazem ao processo de **fragmentação institucional** que caracterizaria atualmente os sistemas sociais e de poder e considerá-las em relação com a hipótese, desenvolvida em algumas esferas de debate teórico do movimento, das **instituições autônomas e do comum**. Em outras palavras, deve-se ler, no contexto desta fragmentação, nada além da imagem à contraluz de uma produção normativa alternativa, que vive, se desenvolve e cessa de maneira bem diferente dos eventos, na continuidade da vida social. Neste sentido, devem ser levadas seriamente em consideração não apenas as lições de Foucault em termos de governamentalidade, mas em geral, as aquisições mais recentes da corrente mais avançadas no âmbito das ciências jurídica, sociológica e econômica que se esforçam para dar conta de um fenômeno geral de **heteronormatividade** da vida institucional, social e economicamente. Essa heteronormatividade é bastante perceptível se dirigirmos o nosso olhar para as estruturas do *welfare state*, nomeadamente nas escolas, nas universidades, na saúde e nas instituições de mediação social. Nestas estruturas podemos observar o forte impacto das formas de trabalho que a literatura sociológica define, acertadamente, como **relações de serviço**. Neste contexto, a “produção de subjetividade” apresenta-se como a **inovação contínua da atividade dos serviços públicos**. Aqui, a produção de subjetividade

é entendida, ao mesmo tempo, como redefinição da forma da relação e de seus conteúdos. As estruturas de *welfare* se tornam, neste sentido, o próprio âmbito de uma disputa política que diz respeito ao controle e à gestão da vida. Sua reestruturação por meio do mercado e das finanças representa hoje um dos processos estratégicos postos em jogo pelo capital para se apropriar do comum. Mas aqui podemos perceber, acima de tudo, como o que geralmente tendemos a pensar de modo separado, ou seja, **assujeitamento e exploração**, acontecem na verdade, de forma conjunta e no decorrer de um mesmo processo. A reestruturação das instituições do Estado de Bem-Estar Social vem sempre acompanhada de uma formação dos sujeitos que corresponde a um confisco de sua capacidade de decidir de maneira comum. A recomposição que caracteriza a atividade dos serviços públicos de *welfare*, recomposição que no caso da Onda se manifestou na aliança entre professores, mestres, pesquisadores e estudantes, é continuamente quebrada e reconfigurada na relação entre prestador de serviço e usuário típica do modelo empresarial. A polarização dos saberes é reintroduzida na forma da relação entre especialistas que supostamente detém o saber e clientes. A autoformação, por exemplo, insiste precisamente na ruptura e na redefinição dessa relação. O assujeitamento é, portanto, principalmente uma atividade de confisco: perda da capacidade de renovar o processo, de socializar os conteúdos da atividade de serviço e de decidir de maneira comum sobre esta. Estando estas capacidades relacionadas a uma produção normativa e, neste sentido, institucional, os mecanismos de captura próprios das estruturas de *welfare* definem-se diretamente como processos de expropriação política.

É precisamente a reivindicação desta capacidade de inovar o processo, de serem os atores em termos produtivos e detentores do poder em termos políticos, que está por trás da idéia de auto-reforma da universidade.

Que o movimento não seja completamente definido pela simples defesa da Universidade Estatal, é agora um fato estabelecido. Todavia, é sempre útil confrontar-se com algumas posições críticas provenientes de setores da esquerda italiana. Embora possa parecer paradoxal, o movimento tem sido acusado de ser conservador, porque se põe em defesa da universidade existente e, ao mesmo tempo, reformista e, portanto, não suficientemente radical. É evidente ser extremamente útil partir da especularidade destas críticas para compreender melhor a novidade que emerge destas lutas. A definição pela auto-reforma da universidade, construída no âmbito de uma assembléia nacional de dois dias, em Roma, assinalou provavelmente uma das passagens mais maduras do movimento. A ideia de auto-reforma nasce como uma rejeição explícita tanto da preservação do existen-

te, e talvez este seja o elemento mais interessante, como da afirmação da impossibilidade absoluta da própria reforma. O que é considerado impossível não é a transformação, mas o fato de que esta possa ocorrer no contexto do paradigma da representação política e da delegação. É o processo de expropriação da decisão política próprio a qualquer dinâmica reformista que deve ser recusado com radicalidade. A auto-reforma, neste sentido, é um processo aberto de redefinição das funções e das finalidades da instituição universitária, de construção de espaços de cooperação que desafiam a divisão do conhecimento e na definição de novas áreas de reivindicação. A coincidência de elementos conflituais e construtivos é certamente um dos elementos mais inovadores do processo de auto-reforma e tal coincidência deve nos levar a repensar o problema da transformação e da reapropriação democrática do *welfare* em termos de compromisso institucional. O espaço em que a institucionalidade descreve ao mesmo tempo um processo de organização, de produção, de modulação e normativo deve ser pensado como a afirmação de uma dualidade de poderes no interior das próprias instituições do Estado e do mercado. Fora desta dualidade, o tema das instituições do comum não encontra elementos para expressar toda a sua potência política.

■.....**Alberto de Nicola** é pesquisador e ativista do centro social ESC, de Roma. Foi redator da Revista Posse e atualmente faz parte do coletivo UniNomade (Itália).